

MAX WEBER

Thales de Andrade e Paulo André Anselmo Setti

4.1 O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE MAX WEBER

O positivismo do século XIX pretendeu seguir um modelo naturalista de ciência, utilizando métodos e perspectivas analíticas da Física, Biologia e Astronomia, em busca de uma ordem social inabalável e de leis que pudessem prever e controlar as relações entre os homens. A objetividade do conhecimento, a neutralidade do cientista e a confiabilidade dos resultados eram exigências fundamentais do modelo positivo de Sociologia. Augusto Comte e posteriormente Emile Durkheim elaboraram, de diferentes maneiras, os pressupostos dessa nova Ciência, que prometia adquirir a mesma validade usufruída pelas áreas de exatas e biológicas.

A Sociologia alemã na passagem para o século XX questionou essa confiança do modelo positivo em se formular leis sociais. A repetição dos eventos sociais e a capacidade de se controlar e manipular os dados referentes à sociedade deixa de ser algo certo e passa a constituir um desafio para os cientistas.

Max Weber (1864-1920) é o principal representante da Sociologia alemã. Nascido em Erfurt, na Alemanha, aos 18 anos iniciou seus estudos universitários, defendendo, em 1889, sua tese de doutorado sobre a história das empresas comerciais medievais. Posteriormente, trabalhou como professor universitário em Berlim, Freiburg e Heidelberg, tendo grande atuação na sociologia alemã. Publicou diversas obras e auxiliou na formação de importantes atividades acadêmicas na área de sociologia. Participou ativamente das discussões políticas de seu tempo, com destaque para a questão da participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. De saúde frágil e fortes tendências depressivas, faleceu em Munique no ano de 1920.

Weber nega a viabilidade dessa ciência em produzir leis deterministas acerca dos fenômenos sociais. Para ele, descobrir leis e constâncias na sociedade é impossível, uma vez que o fluxo de relações entre os homens e as instituições é caótico e desordenado. Aquilo que ocorreu na Roma antiga não se repete da mesma forma na sociedade contemporânea, por isso é inviável se buscar uma linha de continuidade que permita a formulação de leis.

A análise sociológica deve se orientar para a especificidade dos diferentes períodos históricos. Weber foi, inicialmente, um historiador, acostumado a lidar com documentos, arquivos e dados historiográficos. A partir de suas análises, ele percebeu que entender os outros momentos históricos é fundamental para o homem do presente, mas que isso não proporcionava a formulação de leis e generalizações, mas sim comparações e avaliações críticas. Por exemplo, tem-se a economia brasileira. No século XVIII a nossa economia era assentada no trabalho escravo e produção agrícola, enquanto que atualmente imperam relações de assalariamento, prestação de serviços e alta tecnologia. Ou seja, duas configurações históricas distintas, sendo impossível chegar a leis e generalizações totalizadoras. A transformação das relações de trabalho e o desenvolvimento tecnológico são resultado de processos históricos imprevisíveis, que nenhuma lei social pode antecipar ou controlar.

Cada momento histórico é singular e resultado de uma série de fatores econômicos, políticos, religiosos, culturais etc. de seu próprio tempo. Essa é uma contribuição essencial da sociologia de Max Weber, que estabelece a impossibilidade de descobrirmos uma sequência única nos eventos sociais.

Por exemplo, tomemos o fenômeno religioso. As religiões orientais e o protestantismo podem ser estudados por um sociólogo. Mas elas não são iguais, cada uma representa um conjunto de práticas e rituais específicos que irão produzir diferentes resultados dentro de cada sociedade. O surgimento de uma nova religião não representa um sinal de evolução religiosa, mas a presença de manifestações diferentes de se lidar com o sagrado.

Weber formulou sua compreensão da sociedade negando tanto a perspectiva positivista como a materialista. Esta também via o conhecimento sociológico como histórico e baseado na observação da multiplicidade de fenômenos sociais, como as classes e o mercado. Mas, diferentemente da perspectiva materialista de Karl Marx, Weber enfatiza que as transformações sociais não podem ser explicadas somente pelas relações econômicas. Ou seja, a economia e as formas de produção são importantes mas não explicam as condições históricas em sua totalidade. Para Weber, é possível entender as relações humanas sem buscar a formulação de leis e sem estabelecer as condições materiais como causa determinante das transformações sociais.

4.1.1. Caráter compreensivo da sociologia

As teorias sociológicas desenvolvidas ao longo do século XIX privilegiaram claramente o estudos das instâncias sociais coletivas. A sociologia de Durkheim colocava de forma explícita que o importante em uma sociedade eram as manifestações coletivas e não o comportamento individual. Segundo ele, os indivíduos somente manifestam aquilo que se estabelece no coletivo, eles não acrescentam nada para a compreensão da sociedade (o todo é maior que a soma das partes).

O pensamento marxista também enfoca preferencialmente o coletivo, mas de outra maneira. Marx defendia que a sociedade era formada por classes sociais diferentes e antagônicas, e que o Estado era responsável pela manutenção de relações injustas de exploração do trabalho. Além das classes e do Estado, tem-se o partido, o sindicato, o mercado e a Igreja como agrupamentos sociais que são a base para a compreensão do capitalismo. Nesse contexto teórico, as manifestações concretas dos indivíduos não são de forma alguma relevantes.

Por outro lado, Max Weber procurou estudar as sociedades dando grande importância às condutas individuais. Essa era uma tendência de seu tempo, de restituir o indivíduo como fonte de conhecimento. Por exemplo, a psicanálise de Freud e os estudos sobre o inconsciente ocorrem exatamente nesse mesmo período, procurando nos comportamentos individuais a chave para se compreender as relações sociais.

Mas, para colocar o homem como o centro das preocupações sociológicas, Weber teve que reformular o método científico de forma a alcançar seus objetivos. Ao invés de explicar os fenômenos sociais em termos de causalidade, ou seja, buscar as causas e os efeitos dos fenômenos sociais, a tarefa do sociólogo deve ser diferente: consiste em captar o sentido das condutas humanas. Em outras palavras, mais importante que explicar porque algo aconteceu (causa) é compreender o que levou certo indivíduo, ou conjunto de indivíduos, a se comportar de determinada maneira. Por exemplo: por que um fiel paga o dízimo mensalmente? Uma perspectiva explicativa apontaria as causas do pagamento do dízimo (dogmas) e os efeitos coletivos desse ato (enriquecimento das instituições religiosas). Para Weber, descobrir as causas e efeitos do dízimo, fornece uma explicação precária do fenômeno. Ele prefere investigar o sentido que isso faz para o fiel, ou seja, o próprio agente que exerce essa conduta.

Pagar o dízimo é uma ação que se repete continuamente porque o fiel considera importante fazê-lo. E por que é importante? Não há explicação causal para isso, mas sim uma investigação de tipo compreensivo, que enfoque o significado inerente à ação. O que levou o fiel a agir dessa maneira? Para compreender isso, é necessário ver a realidade com os olhos do próprio fiel. Em outras palavras, quando um homem age, nem mesmo ele compreende plenamente o que o levou a esse ato, de modo que o sociólogo, de forma semelhante a um psicólogo, deve investigar o sentido não imediato do comportamento.

Para proceder a essa análise compreensiva, Weber formula o conceito de ação social. Para ser social, uma ação precisa repercutir ou influenciar de alguma maneira os outros indivíduos. Participar de um partido político, dar um presente de Natal a um parente ou torcer para um time de futebol são comportamentos totalmente distintos e pessoais. Mas são condutas importantes para Weber, pois representam atitudes individuais que ocorrem devido a motivações sociais.

E essas motivações não são explicáveis em termos causais, mas pelo seu sentido. Dar um presente de Natal é uma ação que ocorre porque o agente considera isso importante, e valoriza a data e seu significado. Ele pode não ter plena consciência desse sentido, acreditando ser óbvia a obrigação de dar presente. Mas o que parece ser óbvio na realidade é fruto de um sentido que o indivíduo dá ao seu comportamento sem o perceber. E é esse sentido que torna a ação social possível e recorrente.

O cientista deve entender o significado das ações, pois o comportamento coletivo se estrutura a partir do momento que esse sentido da ação se fortalece ou enfraquece. Ou seja, as pessoas não dão presente de Natal porque a Igreja ou o comércio estabelecem isso, mas pelo fato de os indivíduos colocarem um sentido especial nessa data. No momento em que os indivíduos não mais depositarem um sentido especial no Natal, a troca de presentes será menor.

O papel do cientista social para tratar da ação social deve ser diferente daquele tradicional do positivismo. A sociologia weberiana dá mais importância à busca dos valores subjetivos que estruturam a sociedade do que à objetividade dos fatos. Não é relevante para Weber determinar o que acontece em uma sociedade, mas que tipo de mentalidade levou à realização das ações.

4.1.2 Tipo ideal: instrumento metodológico

Para que a compreensão do sentido da conduta humana não se transforme em um conjunto enorme de comportamentos específicos e difusos, Weber propõe o recurso aos tipos ideais. Os indivíduos colocam sentidos diversos em seus atos, como no trabalho, por exemplo. São vários os significados do trabalho para os homens: pode ser relacionado a sucesso financeiro, reconhecimento pessoal, missão etc. Utilizando tipos ideais de ação, Weber acredita fornecer validade racional e objetiva à compreensão das condutas. Ou seja, a conduta é do agente, mas o sociólogo classifica essas condutas em tipos para poder analisá-las e compará-las. Caso o sociólogo não estabeleça esses tipos, todas as condutas humanas se tornam equivalentes.

Na sociedade brasileira encontra-se um caso de comportamento político que ilustra bem a questão dos tipos ideais. Alguns políticos conservadores ligados a oligarquias tradicionais são denominados como coronéis. Mas o que faz com que um líder político receba essa denominação militar? Os políticos que são chamados

de coronéis pertencem a grupos e partidos diferenciados, têm atitudes e posturas ideológicas diversas e muitas vezes conflitantes. Mas mesmo assim compartilham certos atributos e comportamentos políticos que conformam um tipo ideal, como o conservadorismo, apadrinhamento, troca de favores etc.

Se não fosse estabelecido esse tipo ideal de conduta, seria impossível classificar o comportamento desses indivíduos e denominá-los de coronéis. Ou seja, não existiriam coronéis, e sim, indivíduos isolados. O sociólogo ficaria, portanto, de mãos atadas, incapacitado de teorizar a partir da multiplicidade de condutas políticas que são conduzidas na sociedade brasileira. Weber frisa, constantemente, que a realidade social é caótica, e faz-se necessário estabelecer parâmetros para sua compreensão.

Outros exemplos podem ser citados. O indivíduo capitalista, que age constantemente para acumular e poupar riqueza, também constitui um tipo ideal. Os capitalistas são concretamente diferentes, atuam em ramos da economia diferenciados, mas compartilham certas formas de comportamento que permitem ao sociólogo montar um tipo. Os líderes carismáticos que realizam uma revolução social e estabelecem uma nova organização social são igualmente tipos ideais. Todos eles não podem ser identificáveis concretamente. Um grande banqueiro capitalista pode participar de atividades filantrópicas e doar sua riqueza, assim como um coronel pode eventualmente apoiar políticos de tendências diferentes.

O tipo ideal fornece um recurso essencial para a compreensão dos comportamentos sociais, pois sem ele não haveria ponto de partida para se classificar e analisar as formas de ação social.

4.1.3. Ação social e seus tipos

Uma ação é social quando um determinado comportamento implica uma relação de sentido para quem age. Pagar o dízimo, por exemplo, é uma forma de ação social, pois ela possui um sentido de devoção. Mas nem todo comportamento é social, certas condutas humanas se relacionam a condições físicas e psicológicas que não possuem um sentido definido. Quando um homem deixa um copo cair no chão de forma não intencional, não houve um sentido expresso da ação, mas um acidente. Quando uma criança imita um adulto, esse ato também não é social, mas motivado por fatores psicológicos.

Portanto, a ação social sempre deve implicar uma relação de reciprocidade frente a outros indivíduos, e deve haver um sentido que a justifica. Weber afirma que, examinando diferentes sociedades, é possível detectar a existência de 4 tipos de ação social, que, concretamente, muitas vezes se misturam:

- **Ação tradicional** – assentada no costume, em práticas aprendidas e transmitidas pelas diferentes instituições. Ex.: troca de presentes por ocasião do Natal, festejar a Páscoa.
- **Ação afetiva** – baseada em sentimentos e emotividade. Não há um fundamento racional nesse tipo de ação. Ex.: torcida de futebol.
- **Ação racional orientada para valores** – a ação é racional, ou seja, baseada em uma disposição entre metas e expectativas antecipadas. No caso de ter relação com valores, a própria ação é importante, independente dos resultados a serem obtidos. Ex.: trabalho voluntário.
- **Ação racional orientada para fins** – a ação é definida de acordo com os objetivos esperados. O cálculo e o planejamento são essenciais como condutores da ação. Ex.: empresa capitalista.

Weber afirma que esses tipos de ação se apresentam com intensidade diferenciada nas sociedades humanas. Nas civilizações antigas a tradição e a afetividade eram muitas vezes preponderantes. Isso explicaria porque instituições como a família e a Igreja possuíam tanta importância nas civilizações orientais e no feudalismo. Em outras palavras, as instituições familiares e religiosas não eram proeminentes por si, mas devido ao fato de que o tipo de ação humana que preponderava e fornecia sentido para a vida em grupo era assentada nos costumes e na afetividade.

Durante boa parte de seu tempo, os homens se dedicavam a atualizar a tradição através de festas e cerimônias e também a exercer atividades inexplicáveis dentro de um padrão racional de conduta, como através do pagamento de promessas, jejuns, penitências e fanatismos.

A partir da Modernidade começa a se fortalecer no tecido social de diferentes culturas um tipo de comportamento específico, que consiste na racionalidade. É importante diferenciar razão de racionalidade: todo homem possui a faculdade de pensar e raciocinar, portanto é dotado de razão. Mas em determinadas culturas os homens utilizam a razão para estabelecer um cálculo das suas condutas, com o intuito de obter melhores resultados. O planejamento eficiente dos atos e o estabelecimento de metas pré-fixadas caracterizam o comportamento social dotado de racionalidade, que passa a ser crucial na sociedade capitalista.

Não apenas a tradição e a afetividade fornecem justificção para as atividades humanas, mas também a concepção moderna de racionalidade. Mas Weber enxerga duas formas de comportamento racional, aquele direcionado aos valores e aos fins. Um médico que atende voluntariamente um paciente age de acordo com sua especialidade médica, portanto de maneira racional. Mas ele guia essa ação por seus valores, pois acredita que atender de forma voluntária equivale a uma ação mais coerente com sua missão de médico. Portanto, nesse caso, o próprio comportamento,

feito de forma voluntária, é fundamental, e não um ganho na forma de dinheiro ou prestígio. Esse é o comportamento racional regido por valores, que também pode ser adotado por um político que defende a ideologia de seu partido. Na sociedade contemporânea, esse é um tipo de comportamento importante mas o qual segundo Weber se encontra em séria crise.

O mundo moderno estaria observando a predominância do comportamento racional orientado por objetivos, em que a própria ação não é relevante mas sim os seus resultados. Um empresário decide investir em um determinado ramo de atividade devido aos ganhos potenciais, e não de acordo com suas preferências pessoais.

No capitalismo que se consolida no século XIX, esse é um tipo de comportamento que se sobressai sobre os outros, notadamente nas fábricas e empresas. É interessante notar que as grandes empresas estão continuamente renovando seus maquinários e seus procedimentos de produção e venda de mercadorias. Se observarmos o funcionamento interno de uma empresa hoje e daqui a quinze anos, encontraremos várias modificações. Várias demissões de funcionários, novas máquinas, novos conceitos de logística empresarial estarão presentes nas atividades da empresa. Mas, seus fins e objetivos serão os mesmos, quais sejam, lucro, acumulação econômica e otimização produtiva.

Os meios e procedimentos na esfera da produção capitalista variam incessantemente, mas os objetivos continuam os mesmos. As empresas não reverenciam suas condutas e instrumentos, mas os objetivos que guiam todo seu funcionamento. Max Weber irá concluir que a grande diferença da sociedade Ocidental moderna e as outras sociedades conhecidas repousa exatamente no amplo triunfo desse tipo de comportamento social, que subordina a tradição, os afetos e os valores à sua própria lógica, a dos resultados.

Um homem passa a maior parte de seu tempo realizando atividades que se justificam pelos efeitos esperados e não segundo seus próprios valores e convicções. Esse é o caminho sem volta que Weber qualifica como o “desencantamento do mundo”, situação em que a magia e as crenças espirituais dos homens deixam de fazer parte de seu horizonte de vida.

4.1.4. Capitalismo e triunfo da racionalidade

Uma pergunta essencial perseguiu o pensamento de Max Weber: por que o capitalismo somente se desenvolveu na sociedade Ocidental, especialmente na Europa a partir do século XVI? O que ocorreu na história social e econômica das civilizações milenares da China, Índia e Egito que não possibilitou o avanço das relações capitalistas?

Como grande historiador, Weber aponta que nas grandes civilizações orientais ocorreu o desenvolvimento da economia monetária, um acentuado avanço tecnoló-

gico e o uso intensivo de mão de obra. Mas, apesar disso, essas sociedades não se tornaram plenamente capitalistas, pois não desenvolveram um amplo mercado de trocas monetárias e nem algo parecido com a Bolsa de Valores.

É verdade que os empreendedores e soberanos das sociedades antigas acumularam grandes volumes de riqueza, mas nem por isso tal se deu através de métodos racionais de trabalho e organização empresarial científica, e sim por privilégios e fórmulas distintas das regras de mercado.

Para Weber, o capitalismo se caracteriza pela busca contínua de rentabilidade através de empreendimentos científicos e racionais, que incluem cálculo e contabilidade sistemática. Esses procedimentos só seriam encontrados esparsamente em sociedades milenares do Oriente, onde a atividade econômica geralmente se associava à instituição familiar.

Para explicar esse fenômeno, a inexistência do capitalismo nas sociedades antigas, Max Weber escreveu um livro curto mas que teve grande repercussão, chamado *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesse pequeno ensaio Weber apresentou sua explicação para o grande avanço do capitalismo nas sociedades Ocidentais modernas. Esse sistema socioeconômico só conseguiu se desenvolver nas democracias ocidentais, pois nelas se fortaleceu uma forma de ação social especial, em grande parte oriunda da religiosidade protestante.

A Reforma Protestante trouxe consigo diversas consequências políticas e culturais, mas Weber enfatiza que o grande legado cultural do pensamento protestante foi a noção de ascetismo e a grande valorização da atividade profissional.

Segundo o pensamento de Calvino, líder de uma das mais importantes seitas protestantes, o homem necessita alcançar a salvação de sua alma através de uma incessante busca interior. Isso significa que um sentido abstrato de devoção e compromisso religioso, aliados à busca pelos sacramentos, tal como é pregado pela mentalidade católica, não são suficientes para garantir a elevação espiritual dos homens. Não será através de outros homens ou por intermédio de símbolos sagrados que um cristão se faz merecedor da atenção divina.

Para um indivíduo se tornar um eleito da vontade divina, ele necessita guiar sua vida cotidiana por um compromisso constante com a vontade de Deus. E a atividade profissional que os homens empreendem se transforma no protestantismo o principal veículo de sua virtude. O comerciante bem-sucedido, que consegue manter negócios sólidos durante muitos anos, possui bom crédito na praça e é bom pagador, é considerado um homem virtuoso, de moral elevada.

Não pelo fato de possuir muita riqueza simplesmente, mas a sua riqueza é o resultado de uma vida ininterruptamente dedicada à sua profissão, que se transforma numa verdadeira missão pessoal. A conduta ascética representa aquilo que conduz

os homens protestantes para uma vida virtuosa e garante o bom cumprimento dessa missão dos fiéis.

E o que significaria o ascetismo, então, para esse ideal de vida baseada no trabalho? Ele representa a busca de uma elevação espiritual assentada nas seguintes posturas:

- **Disciplina:** o homem que leva uma vida desregrada, sem horários e compromissos, ociosa, não desempenha com eficiência sua missão social e espiritual.
- **Parcimônia:** o indivíduo virtuoso não deve ser impulsivo, mas ponderado e capaz de tomar decisões controladas.
- **Discrição:** capacidade de levar uma vida reclusa e sem ostentação.
- **Poupança:** o homem virtuoso não deve usufruir desenfreadamente de sua riqueza material, mas precisa reinvestir o excedente para a manutenção de sua missão no trabalho.

A ascensão dos valores ascéticos defendidos pelas seitas protestantes nos séculos XVI e XVII foi responsável por uma verdadeira revolução, alterando a conduta de diversos grupos dirigentes e elites econômicas. Durante vários séculos a nobreza medieval considerou o trabalho uma atividade perniciososa, que distanciava os homens da alta cultura e do refinamento. A etiqueta, o bom gosto nas artes e vestuário e a ostentação da riqueza e dos títulos significavam para a nobreza um sinal de distinção e virtude. A dedicação ao trabalho era vista como uma necessidade de pessoas culturalmente inferiores e sem sofisticação, como camponeses e servos. O ócio e a gratuidade eram sinônimo de virtude para indivíduos bem nascidos e de alta linhagem.

A partir da expansão do protestantismo pela Europa Ocidental, as atividades e compromissos dos homens passaram a ser guiados pela conduta ascética e pela ação racional que visa fins, inclusive os negócios. O resultado disso foi um investimento na racionalização das condutas sociais, provocando o surgimento de empresas racionalizadas e de métodos científicos de controle da economia, a qual deixou de ser guiada pelos privilégios dos nobres e pela busca do luxo e ostentação. Foi se consolidando na sociedade moderna um novo estilo de vida que tinha ao mesmo tempo um significado religioso (fé no trabalho) e um efeito econômico (acumulação e reinvestimento).

Segundo Weber o protestantismo não foi a única causa do surgimento e consolidação do capitalismo, mas sem ele a sua evolução teria sido muito diferente. O ascetismo calvinista tornou legítimo um estilo de vida e mentalidade que se adaptou perfeitamente a certas atitudes capitalistas, como a recusa ao desperdício, ao ócio e a gratuidade, e a valorização da poupança, pontualidade e racionalidade.

Com tudo isso, Weber levanta uma questão extremamente importante: o capitalismo não é um fenômeno econômico como parece em princípio, mas o resultado de um complexo processo sociocultural. De fato, quando se fala em capitalismo, imediatamente vêm à mente coisas como empresas, investimento, mão de obra, salário e lucro, ou seja, conceitos econômicos.

Mas sem o ascetismo protestante, que fez prevalecer na sociedade moderna a ação racional relacionada a fins e à noção de eficiência e cálculo, as relações capitalistas não teriam se expandido. Se for entregue a um caiçara que vive da pesca de subsistência no litoral brasileiro uma grande quantia em dinheiro, nem por isso ele se tornará um capitalista. Se ele mantiver seu estilo de vida tradicional, esse dinheiro não irá se valorizar como poderia. Porque para ser capitalista não basta possuir riqueza, mas sim assumir um tipo de conduta racional que leva a um acúmulo cíclico de valor, um comportamento empresarial metódico e científico.

O protestantismo foi capaz de modificar os parâmetros de valor humanos, incitando os homens ao esforço contínuo e à dedicação ao trabalho. Para Weber, isso foi decisivo para o crescimento da industrialização e avanço da economia. Como teria sido possível transformar camponeses, meeiros e arrendatários rurais em operários fabris vivendo em cidades inchadas e poluídas e mediante salários baixos e más condições de vida, se não houvesse uma justificação ética e moral?

A noção, de origem protestante, segundo a qual o trabalho enobrece o homem, e que o ócio e a preguiça são pecado, foi fundamental para que uma massa enorme de seres humanos abandonassem formas tradicionais de vida e trabalho, em que o lucro e o crescimento econômico não eram essenciais, e se submetessem a uma disciplina de horários e atividades impostos pelas indústrias nas grandes cidades.

Com o tempo, a doutrina protestante passou a fazer parte da vida de pessoas de culturas e religiões diferentes. Como se explica que um operário de fábrica no Brasil, um país católico, trabalhe diversas horas por dia em uma atividade insalubre, sem nenhuma perspectiva de ascensão profissional e por salário extremamente baixo, e não se revolte e abandone o trabalho? Claro que a questão financeira pode ser importante, uma vez que é imprescindível se ter um salário. Mas também conta o fato de que trabalhar representa para esse indivíduo um atestado de honestidade e conduta exemplar.

O ascetismo pulou os muros da religião protestante e se fixou na mente das diversas classes sociais, colocando, para todos, o ideal do crescimento econômico e da ascensão social, metas fundamentais do desenvolvimento capitalista em escala mundial.

De diferentes maneiras é possível atestar a importância da interpretação de Weber na sociedade atual. Um exemplo claro reside no avanço tecnológico, especialmente a informatização. Com as novas tecnologias da informática e microeletrônica,

as atividades produtivas e administrativas ficaram extremamente simplificadas, e é possível reduzir, em muito, o tempo gasto no trabalho. Mas o que ocorre atualmente em grandes empresas? As pessoas continuam trabalhando mais de oito horas por dia e fazendo horas extras, mesmo tendo máquinas que diminuem o esforço e agilizam os processos produtivos.

Ao invés de se dedicar ao ócio e ao próprio bem-estar, muitas empresas e funcionários perpetuam a atividade de trabalho. Pela análise de Weber essa conduta faz sentido, na medida em que significa uma dedicação religiosa ao trabalho, independentemente das suas condições concretas. Economicamente, seria possível diminuir a jornada, mas na medida em que o trabalho representa uma missão e fonte de virtude, ele precisa ser contínuo e crescente.

4.1.5. Tipos puros de dominação

Outro tema importante da sociologia weberiana é a questão da dominação. Por que um determinado indivíduo ou conjunto de indivíduos detém a capacidade de dirigir as sociedades? Por que ao Estado é dado o direito de estabelecer e aplicar as leis e controlar os meios de controle social?

Segundo Weber, o Estado e os governantes detêm a capacidade de dominar as sociedades porque são reconhecidos como legítimos pelos indivíduos. A obediência às determinações dos diferentes governantes ocorre uma vez que eles sejam vistos como detentores legítimos do poder. Isso não significa necessariamente admirar os governantes e compartilhar de suas ideologias. Um indivíduo pode não gostar do presidente que foi eleito em seu país, mas ele o considera como o legítimo detentor do cargo, que não pode ser demovido por nenhum grupo social.

Mas se toda dominação precisa ser legítima para se perpetuar, isso não quer dizer que todas suas manifestações de poder sejam iguais. Um soberano na Idade Média e um ditador moderno possuem a capacidade de dominação em suas respectivas sociedades, mas segundo padrões de legitimidade diferentes.

Weber afirma que podem ser encontrados três tipos puros de dominação legítima, as quais muitas vezes podem se mesclar e combinar. São elas a dominação tradicional, carismática e racional-legal.

A dominação tradicional se caracteriza pelo respeito aos costumes e regras cristalizadas no tempo. Os soberanos e patriarcas antigos são exemplos claros de líderes assentados na tradição, em que a hereditariedade e os rituais transmitidos pelas gerações estabelecem as normas de dominação e controle social.

No caso da dominação tradicional, é recorrente o culto à personalidade do soberano e o papel essencial que sua vontade representa nas decisões políticas. Geralmente os instrumentos de poder são de sua propriedade, não havendo diferenciação clara entre os bens públicos e o patrimônio do soberano. No caso de seus funcionários, eles assumem a posse consentida desses instrumentos, mediante compromissos de fidelidade e honra.

No período medieval essa relação era nítida, em que os reis e imperadores apareciam como legítimos donos de todas as terras, as quais confiavam provisoriamente a seus vassallos. Essa situação ilustra claramente a relação patrimonial envolvendo o soberano e os meios de dominação. Na sociedade brasileira, o poder dos coronéis na política e a obediência que lhes era prestada pela família e seus agregados são casos típicos de forma de dominação tradicional.

Outra forma de dominação importante e recorrente é aquela baseada no carisma. Este significa a capacidade excepcional de liderança e comando de um herói ou fundador de uma nova ordem social. A dominação carismática surge geralmente para interromper uma tradição e criar novas modalidades de domínio. Todo líder carismático almeja estabelecer uma nova ordem das coisas, utilizando uma mensagem nova e conceitos diferenciados da tradição.

A história demonstra que em muitas circunstâncias, as transformações sociais foram ocasionadas por chefes carismáticos, por isso Weber a concebe como um tipo especialmente importante. Muitas vezes se imagina que os líderes carismáticos são autoritários e antidemocráticos, fortalecidos pelo fanatismo de seus seguidores, e que na sociedade ocidental moderna eles se encontrariam em extinção. Mas caso se observem os debates parlamentares atuais e as campanhas publicitárias em época eleitoral, é possível perceber a importância das qualidades pessoais dos políticos e governantes para a manutenção de seus cargos e imposição de suas diretrizes, dentro de um contexto democrático.

Diferentemente daquilo que ocorre na dominação tradicional, a transmissão de carisma é complicada e acaba resultando em novas formas de tradição. Pelo fato de as qualidades excepcionais de liderança estarem ligadas à pessoa do chefe, não existem regras claras de transmissão de poder. O caso do Papa é exemplar nesse sentido. O primeiro líder da igreja católica, São Pedro, era portador de uma capacidade excepcional, mas a passagem do cargo de Papa segue um rígido ritual de escolha feita pelos sacerdotes, que transmitem arbitrariamente o título a outro sacerdote.

Nesse caso, tradição e carisma se confundem. Mas é importante ressaltar que a dominação carismática atravessa diferentes épocas e sociedades, propiciando a

oportunidade para o aparecimento de novidades políticas, as quais Weber considera essenciais para a vida social.

A dominação racional-legal é assentada na noção de direito que se liga a aspectos racionais e técnicos de administração. Esse tipo de dominação é muito presente na sociedade moderna, em que racionalidade e justiça se fundem.

Na dominação racional-legal sobressai seu caráter estatutário, ou seja, tanto os chefes como os funcionários precisam basear suas decisões em estatutos e normas escritas. Tanto em uma empresa capitalista como em um município, os detentores de poder só podem atuar baseados em regulamentos e decretos coerentes com documentos anteriores.

Por exemplo, um prefeito não pode estabelecer em seu município a pena de morte, pois vai contra o que está vigente na Constituição do país. O prefeito precisa agir dentro das normas constitucionais, em uma base legal. Da mesma forma, um gerente de empresa precisa seguir as normas do direito trabalhista para demitir ou contratar funcionários.

Além do aspecto legal, nessa forma de dominação aparece com destaque a racionalidade técnica. Os funcionários precisam ter uma formação técnica e científica para ocupar cargos de comando, e não somente contatos pessoais com as suas lideranças. É regra, dentro da dominação racional-legal, a promoção de funcionários por meio de concursos e avaliações periódicas de desempenho, algo que inexistente nas outras formas de dominação em que o contato pessoal com o chefe é suficiente.

Outra característica dessa forma de dominação é a distância entre os chefes em relação aos meios administrativos. Aqueles podem usufruir de uma posse temporária e controlada em relação aos bens públicos, que é condicionada ao seu tempo de mandato. Mas esses bens nunca farão parte de seu patrimônio pessoal e nem de seus comandados, diferentemente daquilo que ocorre na dominação tradicional e carismática.

O presidente da República pode controlar usinas, terras e maquinários avançados, mas esses recursos estarão à sua disposição dentro do tempo de seu mandato público e mediante regras legais. Como exemplo tem-se o caso da privatização das empresas estatais. Para vender uma estatal, o presidente do país necessita, obrigatoriamente, consultar o Congresso Nacional, pois esse patrimônio não lhe pertence diretamente.

4.1.6. A profissionalização da política

Weber foi um autor extremamente preocupado com as questões políticas de seu tempo. E um dos aspectos que mais chamaram sua atenção foram as transformações das instituições e das práticas políticas.

Assim como o fizera anteriormente o pensador francês Alexis de Tocqueville, Weber passou uma temporada nos Estados Unidos da América, e essa experiência foi muito marcante. Esse país intrigou diversos intelectuais europeus entre os séculos XIX e XX, dada a falta das estruturas feudais antigas e a pujança do pensamento liberal e do individualismo. Para alguns, uma terra selvagem e belicosa, para outros um espaço aberto e de oportunidades para todos.

Na América, Weber travou contato com diversas novidades em termos de práticas sociais que o levaram a estabelecer algumas comparações com a realidade europeia. E um dos aspectos que mais chamou sua atenção foi a tendência a profissionalização dos políticos e dos partidos, que se desenvolveu na América e viria a dominar a cena europeia.

Analisando as crises políticas da Alemanha no início do século XX, Weber chama atenção exatamente para a existência de dois tipos de partidos políticos, os ideológicos de um lado, alocados dentro do sistema parlamentar, e os profissionais de outro. Esses últimos tendem a controlar o novo cenário político do capitalismo avançado:

Podem os partidos ser essencialmente organizações para a concessão de cargos, como têm sido nos Estados Unidos desde o fim das grandes controvérsias sobre a interpretação da Constituição. Neste caso estão os partidos meramente interessados em colocar seu líder na posição máxima, a fim de que este possa transferir cargos estatais aos seus seguidores, ou seja, aos membros dos *staffs* ativos e de campanha do partido (Weber, 1974b, p. 26).

Dentro do sistema presidencialista americano, os partidos deixam de possuir princípios fundantes explícitos e bandeiras ideológicas. Eles buscam ampliar sua capacidade de atuação através do aprimoramento de uma lógica concorrencial eficiente.

Os partidos políticos que não aumentarem seu campo de influência através da concessão de cargos obtidos por sucesso eleitoral tendem a perder o controle da máquina pública e sua possibilidade de definição da agenda pública diminui muito.

O surgimento das burocracias partidárias representa um estágio decisivo nessa profissionalização política e o campo de atuação fundamental são agora as campanhas eleitorais.

Durante a racionalização de técnicas de campanha política nas décadas passadas, todos os partidos tomaram providências no sentido de se organizarem

burocraticamente... O poder dos partidos repousa fundamentalmente na eficiência organizacional dessas burocracias... (Weber, 1974b, p. 27).

Hoje é possível perceber claramente o alcance das formulações de Max Weber se observarmos a cena política brasileira. As coligações partidárias e o comportamento das bancadas estão profundamente atreladas ao potencial eleitoral de cada grupo político.

Os investimentos gastos com profissionais de marketing e em serviços de mídia eletrônica significam que a especialização das agremiações políticas é mais relevante que os embates ideológicos. Os *experts* da política, como assessores e profissionais de marketing, tomam o lugar que antes pertencia aos intelectuais e ideólogos dos grandes partidos.

Os quadros partidários precisam ser formados dentro de um arcabouço profissional e técnico cada vez mais exigente e preciso. Os burocratas dos partidos são os grandes responsáveis pelas celebrações de alianças, levantamento de recursos e contratação de serviços especializados.

Weber observa essas tendências na Alemanha e levanta uma observação inquietante e atual: será possível um Estado governado unicamente por burocratas? Ou é também necessária a presença de lideranças carismáticas para conduzir os burocratas?

Para ele, a burocracia pode ser racional e eficaz, mas é ao mesmo tempo incapaz de estabelecer diretrizes políticas. Em um determinado momento, faz-se necessário o aparecimento de uma liderança que rompa a ordem e estabeleça novos caminhos dos agentes políticos, para o bem ou para o mal. Discutindo a situação da Alemanha no início do século XX, ele afirma:

O que faltava era a direção do estado por um político – não por um gênio político, o que se espera que ocorra uma vez em alguns séculos, nem mesmo por um grande talento político, mas simplesmente por um político (Weber, 1974b, p. 34).

Ele escreveu sobre isso em 1918. Em certo sentido ele antecipa o que iria ocorrer a Alemanha no começo dos anos 30. A emergência do nazismo e da liderança de Hitler seria a lacuna que faltava ao Estado alemão, altamente burocratizado mas sem rumos em termos de talento político. Carisma e burocracia se complementam e estabelecem os parâmetros do Estado moderno.

4.1.7. Burocracia como modelo da administração moderna

Weber considerava que a sociedade moderna estava atravessando um grande processo de racionalização, em que todas as esferas de vida humana passavam a adquirir um aspecto preciso e científico.

Para ele, o fenômeno social que representa mais claramente a institucionalização da racionalidade seria a burocracia moderna, o governo das repartições. Através da análise da instituição burocrática, Weber detecta o alcance ilimitado da ação racional relacionada a fins, que passa a adentrar o cotidiano do homem moderno e a moldar todas as suas atividades.

A bem da verdade, instituições burocráticas existiram em diversas sociedades. Mas na sociedade moderna elas adquiriram uma feição peculiar. Três aspectos são essenciais para caracterizar as organizações burocráticas modernas:

1. Elas são sistemas sociais formais, em que a autoridade deriva de normas legais exaustivamente especificadas, tornando o comportamento de todos os funcionários altamente previsível e controlado. A hierarquização das funções e a atribuição de responsabilidade aos funcionários são geralmente rígidas e controladas por estatutos, de modo a evitar superposições e imprevistos. Essas organizações apresentam uma metódica divisão horizontal de trabalho, de modo que as diferentes atividades são distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingidos. Há uma tendência crescente para a centralização das decisões e um complicado sistema de comunicação entre os diferentes setores através de recursos e memorandos, que tornam difícil a visualização total das atividades desenvolvidas pelo conjunto do sistema.
2. A impessoalidade é outra marca da burocracia. Nela são os cargos, e não as pessoas, que tomam as decisões. Quando um funcionário toma certa atitude, é esperado que esta tenha sido imparcial e baseada somente em aspectos técnicos e profissionais. As suas preferências pessoais e valores não devem interferir nas escolhas, pois tirariam sua legitimidade. A obediência do subordinado ao seu chefe deve seguir o mesmo padrão impessoal, de modo que as qualidades de liderança deste são menos importantes que o cargo hierárquico que ele ocupa.
3. O burocrata tende a ser um profissional, o que implica ter uma especialidade técnica e exercer uma única função. Quanto mais específico seu cargo, melhor deverá ser seu desempenho. Ele não possui diretamente os meios de administração e produção, tendo certo controle somente do seu cargo e respectivas atribuições. Mas mesmo assim ele está sempre submetido a controles e avaliações de desempenho através de auditorias ou processos internos.

Sua remuneração se dá em espécie, e não na forma de gratidão ou honrarias, típicas da dominação tradicional. Para o desempenho de seu cargo é esperado do burocrata um alto grau de eficiência técnica e aptidão, que podem ser medidos quantitativamente.

Segundo Weber, a burocracia é um tipo de sistema social que, de certa forma, se aproxima de ideais democráticos, pois promove a igualdade de oportunidades e premia o mérito pessoal. O poder é, então, delegado aos mais competentes e não àqueles que atuam por troca de favores e privilégios.

Porém, apesar de conter aspectos positivos no que tange à transparência dos processos de seleção, admissão e procedimentos internos, Weber adverte, seriamente, para os perigos do crescimento da burocracia e da racionalidade que a acompanha. A sociedade burocrática estaria construindo em torno de si o que ele denomina uma gaiola de ferro, um grande maquinário feito de normas e regulamentações que estariam abafando o potencial e a criatividade dos homens.

No mundo contemporâneo, é possível atestar que todas as instituições sociais tendem a adquirir uma feição burocrática. Por exemplo, os grandes partidos políticos dispõem, atualmente, de um aparato organizacional altamente complexo e profissionalizado. Dificilmente um partido político que não dispuser de técnicos experientes em marketing e legislação eleitoral obterá bons resultados em uma grande votação.

O mesmo acontece com outras instituições, como universidades, hospitais e até mesmo times de futebol. Eles precisam se tornar empresas, gerenciadas cientificamente dentro de padrões sofisticados de planejamento e antecipação de metas. Nesse contexto médicos, cientistas e atletas caminham no sentido de se tornarem profissionais assalariados, cujos valores e responsabilidades se mesclam aos imperativos empresariais e espírito burocrático.

O diagnóstico weberiano aponta para uma tendência ao enfraquecimento da autonomia e criatividade dos indivíduos. No momento em que novas tecnologias das comunicações e da informática propiciam a capacidade de os homens interagirem autonomamente, as normas burocráticas dos governos e grandes empresas transnacionais vão criando uma vida social progressivamente mais racionalizada e previsível, que premia a eficiência e não a criatividade.

Ao observarmos a contínua especialização do direito moderno em diversos ramos e áreas diferentes de aplicação, constata-se a impressionante abrangência do pensamento de Max Weber, uma inesgotável fonte de reflexão para os problemas colocados no mundo contemporâneo.

4.2 MAX WEBER E O DIREITO

A sociologia weberiana do Direito (Weber, 1999) foi concebida nas redes do processo de racionalização peculiar que Weber diagnosticou nas sociedades ocidentais. Tal como apresentado nesse capítulo, esse processo de racionalização da sociedade ocidental não deve ser confundido com o desenvolvimento de uma

pretensa racionalidade da História que arrastaria o futuro humano em um movimento de progresso universal, a caminho da verdadeira liberdade, justiça, beleza, virtude etc. Ao contrário, Weber imputava a prisão em que o homem moderno leva sua monótona existência, despojado de todo sentido cósmico e dignidade moral, à trágica realização de aspirações nascidas nos tempos em que a razão ainda era considerada fiadora universal de um mundo de sujeitos iguais e livres. O traço característico da racionalização da civilização ocidental é o fato de tratar-se de um processo de intelectualização universal (não restrita a um setor determinado da atividade humana) e progressiva da vida, despojando o mundo de seus encantos e o transformando cada vez mais em obra artificial do homem, de modo a tornar-se progressivamente mais sujeito a ser governado pelos mesmos princípios técnicos-instrumentais com que, por exemplo, planeja-se o funcionamento de uma máquina.

No campo específico do Direito, o evento mais significativo do processo de racionalização da sociedade ocidental foi a separação entre Moral e Direito. De acordo com Weber, no processo de evolução geral do Direito e de procedimentos legais, podem-se identificar quatro etapas fundamentais: criação legal carismática, mediante os profetas da lei; criação e descobrimento empírico da lei a cargo de juristas notáveis; imposição da lei por poderes seculares ou teocráticos; e elaboração sistemática do Direito e Administração profissionalizada da justiça por pessoas com preparação técnica e formalmente lógica da disciplina jurídica. O resultado da crescente racionalização do Direito ocidental, fruto da elaboração sistemática do Direito e da administração profissionalizada da justiça, é a obtenção de um sistema jurídico baseado nos seguintes postulados:

- a) toda a decisão jurídica concreta representa a aplicação de um preceito abstrato a um fato concreto;
- b) é possível encontrar, em relação a cada caso concreto, uma solução que se apóie nos preceitos jurídicos em vigor;
- c) o direito é um sistema de preceitos jurídicos sem lacunas, ou encerra tal sistema em estado latente ou, pelo menos, tem que ser considerado como tal para o fim de aplicação do mesmo a casos singulares;
- d) tudo aquilo que não é possível construir racionalmente carece de relevância para o Direito.

Ora, o caráter abstrato, genérico e sistemático do Direito racional e formal, isto é, da ordem legal ancorada em regras instituídas e previsíveis, implicou a neutralização e preservação do universo do Direito em relação às interferências dos interesses políticos e econômicos do Estado e das classes politicamente hegemônicas ou portadoras de direitos corporativos ou estamentais tradicionais. A ordem legal subjacente ao desenvolvimento do capitalismo garantiu que, por um lado, as tran-

sações capitalistas pudessem ter um maior grau de previsibilidade e, por outro, também assegurou a liberdade de ação para os agentes capitalistas no mercado livre. Por exemplo, as codificações correspondentes à era da Revolução Francesa, isto é, a Declaração dos Direitos do Homem e o Código Napoleônico, garantiam os direitos e liberdades individuais em conformidade com os interesses da nascente burguesia, contra a autoridade aristocrática. Pela primeira vez, então, o Direito aparecia como algo que se postulava, cuja legitimidade estava vinculada a noções de consentimento soberano (contrato social) institucionalizado nas regras democráticas da justiça processual. Em outras palavras, o Direito passou a representar um reino de liberdade em que é permitido fazer tudo o que é compatível com a liberdade dos outros iguais.

A análise weberiana da racionalização do Direito, nesse período inicial do capitalismo, enfatiza o grande efeito liberatório da nova ordem legal que é concebida como um sistema normativo específico que legitimava as relações econômicas capitalistas, apelando para a equidade das relações fundamentadas na liberdade e autonomia individual. Obviamente que o sistema legal, assentado na concepção do contrato racional livremente celebrado entre as partes, beneficia primariamente os interesses dos grupos que agiam no mercado. Mas, também, os direitos individuais e a liberdade de consciência libertaram os artistas, cientistas, juristas etc. do jugo da moral sacra e do *Imperium e poderes principescos patrimoniais*, permitindo a eles trabalhar nos seus respectivos campos de atuação com relativa liberdade.

Todavia, contraditoriamente, não é o efeito liberatório que caracteriza o diagnóstico weberiano da modernidade. Ao contrário, a característica fundamental desta, de acordo com Weber, é uma inexorável erosão da liberdade e do sentido da vida decorrentes de desdobramentos inerentes ao próprio processo de racionalização da sociedade ocidental. No campo do Direito, o processo de erosão da liberdade e da perda do sentido moral-valorativo da atividade humana pode ser percebido a partir do processo de positivação e instrumentalização do Direito levado a cabo no transcorrer do século XIX. Com a identificação crescente entre legitimidade e legalidade (Weber, 1991, p. 23), o direito foi tornando-se cada vez mais instrumentalizável, enfraquecendo-se gradativamente os laços entre o direito e a equidade baseados nos contratos entre sujeitos livres e iguais. A concepção de Direito Racional Natural, sustentada na liberdade contratual, foi cada vez mais identificada com interesses econômicos oriundos da burguesia. Os axiomas do Direito Racional Natural caíram no mais grave descrédito, malogrando qualquer possibilidade de o sistema jurídico da sociedade capitalista fundamentar-se exclusivamente em suas bases. Concomitantemente, com a crescente diferenciação ocupacional, vários grupos econômicos, constituídos em "grupos de pressão", procuraram obter garantias jurídicas especiais, o que também, no campo prático, confrontava-se com a equidade e a igualdade formal dos contratantes, que não poderia se sustentar nas desigualdades sociais e econômicas. Esses grupos

de pressão buscavam eliminar as formalidades do procedimento judicial comum e obter métodos de solução mais rápidos e adequados à natureza de seus casos. Weber identificou três fatores e grupos sociais que erodiram a ordem legal baseada no contrato livre entre as partes:

- a) a expansão da burocracia estatal com sua ideologia do bem-estar social;
- b) os movimentos e organização das classes trabalhadoras em busca de justiça social;
- c) o positivismo intrínseco das profissões jurídicas, que auspiciava a crença na ordem legal exclusivamente por seu valor instrumental prático.

Assim, por um lado, a utilização do sistema legal para a promoção de determinados objetivos políticos de grupos sociais e, por outro, a redefinição da concepção de direito por parte de advogados e juizes, que passaram a conceber o sistema legal como um sistema instrumental de resolução de conflitos sociais, erodiram o formalismo legal subjacente na concepção liberal de Direito baseada na ideia do contrato entre indivíduos livres. De acordo com este diagnóstico, a burocratização do governo que, nas monarquias absolutas, havia tornado possível uma maior liberdade para a ação capitalista, representa no Estado Moderno do bem-estar social uma regressão ao patrimonialismo estatal, no qual o Estado, diante das pressões dos grupos sociais organizados, sanciona e distribui privilégios corporativos.

Parece-nos necessário, então, formular uma questão fundamental para a compreensão da Sociologia do Direito weberiana: Por que, para Weber, as demandas de grupos sociais por princípios materiais – substantivos – de justiça implicam a perda da liberdade e de sentido da atividade humana e, nesse sentido, possuem um alto grau de irracionalidade moral-valorativa? Por que o processo de racionalização da existência do homem ocidental, inicialmente profundamente liberatório, tornou-se opressivo, malhando o ferro com que o homem moderno fundiu a prisão na qual leva sua monótona existência, despojado de todo sentido cósmico e dignidade moral? (Weber, 1991).

Para Weber, no mundo moderno se confrontam valores múltiplos e fins últimos que, por sua pluralidade e diversidade, impossibilitam que aqueles que os enlaçam possam justificar racionalmente a primazia de seus valores e fins últimos diante dos outros. De acordo com Freund (1987), Weber chamou a impossibilidade de justificação racional dos valores e fins últimos de alguns diante dos outros de “irracionalidade ética do mundo”. Devido à irracionalidade ética do mundo, nenhum grupo social pode justificar racionalmente, diante de outros grupos sociais, suas demandas por princípios de justiça substantivos. Sempre, no mundo desencantado, a ética e a moral de alguns vão parecer, aos olhos dos outros, manifestação ideológica de interesses instrumentais, localizados e corporativos, e nunca poderão se constituir

em postulados de validade universal. O antagonismo dos valores é simplesmente insuperável, porque nenhuma teoria ética no mundo tem possibilidade de justificar racionalmente a postulação de superioridade e primazia de seus princípios éticos perante todos os outros. Mesmo a ciência não tem nada, ou tem muito pouco, a dizer sobre a validade dos valores. De acordo com Weber:

O pleito científico, em princípio, é desprovido de sentido, porque as várias esferas de valor do mundo estão em conflito irreconciliável entre si... E desde Nietzsche nós percebemos que algo pode ser belo não só a despeito daquele aspecto em que não é bom, mas justamente nesse aspecto. Encontramos essa idéia expressa antes em "Fleurs du mal", como Baudelaire chamou seus poemas. É comum observar que algo pode ser verdadeiro, mas não belo, nem sagrado ou bom. Na verdade, pode ser verdadeiro precisamente nesses aspectos. Mas esses são apenas os casos mais elementares da luta em que estão empenhados os deuses das várias ordens e valores (apud Ingram, 1993, p. 74).¹

A questão é que, para Weber, o direito, que chegou a ser o reino da liberdade individual quando se sustentava sobre os preceitos do Direito Natural Racional, no trajeto de sua positivação, ou seja, no processo de diferenciação entre moral e direito (o qual implicou uma crescente capacidade de instrumentalização do direito), tornou-se a simples cristalização de interesses corporativos de grupos sociais politicamente organizados. Nesta nova função social, distante de qualquer princípio moral, o direito tornou-se simplesmente instrumento, disputado por grupos sociais distintos, para obtenção de privilégios sociais e econômicos.

QUESTÕES

01. Segundo Weber, os ideais ascéticos foram essenciais para a consolidação do capitalismo. Explique.
02. Dentro das formas de dominação social, a tradição e o carisma muitas vezes se confundem. Por quê?
03. O diagnóstico de Weber sobre o mundo moderno coloca que somos ao mesmo tempo dependentes e vítimas da racionalização. Explique.

1. Diante desse trecho de Weber, não podemos nos privar de construir um paralelo entre o projeto weberiano e durkheimiano de ciência. Enquanto este acreditava que a sociologia poderia lançar as bases para a superação da crise moral que assolava a sociedade moderna, aquele rendia-se ao irracionalismo inerente aos valores não vendo possibilidade de superação da crise moral da sociedade moderna. Para Weber, não há saída para a crise moral moderna, o remédio – a excessiva burocratização das relações sociais –, além de amargo, não combate as causas da crise mas apenas gerencia, livre das paixões, os conflitos de interesse.

16/11/17

TEXTO COMPLEMENTAR

Weber deixou claro que a cobiça, a avareza, a agressão e o impulso aquisitivo haviam existido desde que a espécie humana desceu das árvores. Ele também estava ciente de que, na Idade Média, a Espanha e a Itália católicas conheciam a paixão por ganho pecuniário, e mesmo após a reforma protestante, algumas das críticas anteriores contra o lucro e a usura permaneceram. Com Lutero, entretanto, desenvolveu-se uma nova atitude, que se concentrava menos na riqueza e mais no trabalho, especialmente na idéia de *Beruf*, um chamamento ou vocação que exprimia a realização do dever nesta existência através de uma ocupação contrastando com os ideais monásticos, ligados à existência de um outro mundo, do catolicismo medieval. Entretanto, apesar de o "chamamento" conferir alguma dignidade ética às atividades mundanas, ele não poderia por si só ter criado a "intensidade", ou mesmo a "ansiedade" por trás do espírito do capitalismo, o impulso irracional que compele o homem a tentar fazer aquilo que é racionalmente impossível. A chave é a doutrina da predestinação, o pré-ordenamento divino do destino de todos, que se mantém insensível diante de todo e qualquer esforço, friamente indiferente a orações, sacramentos ou boas ações. Ironicamente, os calvinistas, sem nenhum recurso à igreja ou à comunidade, vêem o indivíduo solitário, esperando desesperadamente ser o instrumento de Deus incumbido de reformar o mundo ascética e racionalmente, sem todavia dele desfrutar sensual ou socialmente. Sem poder distinguir entre trabalhar os materiais da existência e buscar a salvação da alma, os calvinistas assumem que eles estão realizando a vontade de Deus através de uma vida de disciplina e autocontrole, por meio de um "ascetismo mundano".

(John Patrick Diggins, 1999)

ATIVIDADES

A ocupação de um cargo é uma "profissão". Isso se evidencia, primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. Além disso, a posição do funcionário tem a natureza de um dever. Isso determina a estrutura interna de suas relações, da forma seguinte: jurídica e praticamente, a ocupação de um cargo não é considerada como uma fonte de rendas ou emolumentos a ser explorada, como ocorria normalmente durante a Idade Média e freqüentemente até recentemente. Nem é a ocupação do cargo considerada como uma troca habitual de serviços por equivalentes, como é o caso dos contratos livres de trabalho. O ingresso num cargo, inclusive na economia privada, é considerado como a aceitação de uma obrigação específica de administração fiel, em troca de uma existência segura. É decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna ao cargo que, no tipo puro, ele não estabeleça uma relação *pessoal*, como era o caso da fé que tinha o senhor ou patriarca nas relações feudais ou patrimoniais. A lealdade moderna é dedicada a finalidades impessoais ou funcionais (Weber, 1974a, p. 232).

1. Com base no texto anterior, discuta:

01. A diferença entre o burocrata moderno e os funcionários antigos.
02. Qual o significado de profissão dentro da estrutura burocrática moderna?
03. Quais os efeitos da instituição burocrática para as relações sociais no capitalismo?

Referências

- DIGGINS, J. P. *Max Weber. A política e o espírito da tragédia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- INGRAM, D. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: Edunb, 1993.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974a.
- _____. Parlamentarismo e governo na Alemanha reconstruída. In: *Max Weber*. São Paulo, Abril, 1974b. (Coleção Os pensadores)
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: UnB, 1991.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: UnB, 1999.